



ACÓRDÃO Nº524/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12281/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Instituto Municipal de Pensão e Aposentadoria de Nhamundá - IMPAN
- 4- **Exercício:** 2019
- 5- **Responsável:** Satiro Machado Vidal (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1366/2021-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto Municipal de Pensão e Aposentadoria de Nhamundá - IMPAN. Exercício de 2019.

Regularidade com ressalvas. Determinação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do Instituto Municipal de Pensão e Aposentadoria de Nhamundá - IMPAN, de responsabilidade do Sr. Satiro Machado Vidal, referente ao exercício de 2019, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM;
- 10.2. **Determinar** à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:
 - 10.2.1. **Restrição 1 / “d”** – Não apresentação de Parecer dos Auditores Independentes, conforme Inciso XIII do art. 3º, “c”, da Res. TCE nº 08/2011;
 - 10.2.2. **Restrição 1 / “e”** – Não apresentação de Certificado de Regularidade Previdenciário – CRP, emitido pelo Ministério da Previdência Social – MPS ao RPPS, conforme art. 7º da



ACÓRDÃO Nº524/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Lei nº 9.717/98, art. 1º do Decreto nº 3.788/01 e art. 5º da Portaria MPS nº 204/08;

10.2.3. Restrição 4 – Atraso no envio de balancetes mensais, conforme prazo estabelecido pela Lei Complementar nº 06/1991, art. 15, c/c o art. 20, inciso II, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000 e Resolução TCE nº 13/2015;

10.2.4. Restrição 5 - Inexistência de Controle Interno no IMPAN, contrariando ao disposto no caput do art. 31 e art. 74, §1º, todos da CF/88, art. 45 da Constituição Estadual, arts. 76 a 79 da Lei 4.320/64 e arts. 43 e 44 da Lei 2.423/96;

10.2.5. Restrição 6 – Falta de informações sobre a política anual de investimento dos recursos do regime próprio de previdência social e suas revisões, conforme o art. 5º da Resolução CMN nº 3922/10;

10.2.6. Restrição 7 – Falta de comprovação de depósito da taxa da administração em conta separada das demais disponibilidades do RPPS – Contribuição Patronal e dos Servidores, vide art. 15, II, da Portaria MPS nº 402/08 e art. 41 da ON SPPS/MPS nº 02/09;

10.2.7. Restrição 12 - Não apresentação da Declaração do gestor previdenciário informando o valor devido e o efetivamente repassado ao RPPS, contrariando ao disposto no Inciso XX do art. 3º, “c”, da Res. TCE nº 08/2011;

10.3. Dar ciência sobre o teor desta decisão ao interessado (Sr. Satiro Machado Vidal), com cópia do Relatório-Voto e do respectivo Acórdão;

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução no. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE;

10.5. Arquivar o presente processo, após cumpridas as determinações acima.

11- Ata: 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 1 de Junho de 2021

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.

13.1. Auditor presente e Relator: Alber Furtado de Oliveira Júnior.

Publicado no Diário Eletrônico do
TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº524/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza,
Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral